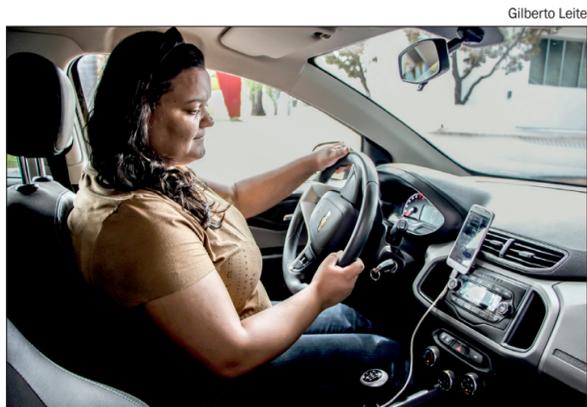




Emanuel Pinheiro vai pedir a prefeitos que cancelem Carnaval

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), afirmou que vai se reunir com os demais gestores dos demais municípios que compõem a Baixada Cuiabana para pedir a não realização de eventos do Carnaval. Emanuel disse que vai convocar uma reunião extraordinária do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social da Baixada para tratar do tema. O pedido do prefeito da Capital tem como base o aumento de casos de gripe H3N2, que tem causado surtos e mortes em outros estados brasileiros. Na capital, por exemplo, já confirmou 25 casos do vírus

PÁG. 4



Gilberto Leite

Motoristas de app estão isentos de IPVA

Os motoristas de aplicativos entraram em 2022 com mais um incentivo para converter seus veículos para usar o Gás Natural Veicular (GNV). Isso porque o Governo do Estado isentou os contribuintes que usam o combustível de pagarem o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), que começa a ser cobrado em março. Com a isenção do imposto e das taxas aplicadas pelo Detran-MT, os motoristas devem ter uma economia de R\$ 1,6 mil e cerca de dez mil profissionais serão beneficiados

PÁG. 6

Desempenho será critério para distribuição de ICMS

O governo do Estado apresentou à Assembleia Legislativa um projeto de lei para mudar a forma de distribuição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) aos municípios. A proposta chegou ao Parlamento nesta semana, mas só deve ser discutida a partir do dia 1º de fevereiro, quando os deputados retornarem do recesso parlamentar. De acordo com Avallone, a ideia do governo é usar critérios de desenvolvimento social para a distribuição dos recursos do ICMS

PÁG. 3

Cuiabá é a 1ª cidade do Brasil a gerar 100MW de energia solar

Um dia o financiamento acaba, mas a conta de energia nunca deixa de chegar. É assim que Antony Marques Domingos justifica o financiamento de R\$ 60 mil para colocar uma usina solar na residência da tia para atender três unidades consumidoras de energia elétrica. Se antes cada família pagava cerca de R\$ 800, esse valor caiu para pouco mais de R\$ 100 após a instalação das placas fotovoltaicas. O caso da família de Antony é um entre os quase 10 mil consumidores de Cuiabá que recebem créditos provenientes da geração de energia solar. Levantamento mostra que a capital mato-grossense é a primeira no Brasil a atingir a marca de 100 MW de potência solar

PÁG. 8



Renato Araújo/Agência Brasília

Venda direta de etanol não garante preço baixo

A venda direta de etanol aos postos de combustíveis não vai garantir a redução de seu preço, avalia o presidente do Sindicato das Indústrias Sucroalcooleiras de Mato Grosso (Sindalcool/MT), Silvio Rangel. A venda direta foi sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), mas permite apenas a venda para postos localizados no mesmo município das indústrias. Silvio avalia que para iniciar a venda diretamente aos postos, as usinas precisariam investir em infraestrutura de abastecimento, contratação de pessoal e investimento em logística

PÁG. 7

Comissão é criada para intermediar negociações

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) criou uma comissão para intermediar a negociação entre o Sindicato dos Policiais Penais de Mato Grosso (Sindspen) e o Governo do Estado. A comissão iniciou seus trabalhos acompanhando a reunião dos representantes dos policiais penais com o secretário-chefe da Casa Civil, Mauro Carvalho, que terminou sem acordo entre as partes. Um novo encontro foi marcado para fevereiro. O Sindspen decidiu dar uma pausa ao movimento grevista para negociar com o governo após quase 20 dias de greve

PÁG. 5



Gilberto Leite

EDITORIAL

Novos tempos

Maiores produtores de commodities agrícolas do Brasil, Mato Grosso ainda sofre com uma logística arcaica, baseada na queima de petróleo e borracha para escoar, lenta e dolorosamente, as riquezas que aqui são geradas. A sanção do Marco Legal Ferroviário em dezembro, trouxe a esperança de que finalmente conseguiremos virar essa página e ter uma logística competitiva, em patamar de igualdade com a nossa produção, já que pelo menos cinco empresas manifestaram interesse em construir ferrovias no estado e abrir novas rotas até os portos brasileiros.

É ótimo constatar uma vitória que está próxima, mas é preciso também pensar sobre os elementos que atrasaram, por tanto tempo, o nosso desenvolvimento. No caso do Marco Legal Ferroviário, fica mais uma vez escrachada a falta de vontade política de boa parte dos nossos representantes na política, já que o projeto de lei original, proposto pelo senador José Serra (PSDB) em 2018, ficou estagnado no Congresso por anos a fio. Só voltou a andar após muita pressão, que incluiu uma participação decisiva de Mato Grosso, com a aprovação da PEC das Ferrovias na Assembleia Legislativa.

O novo marco legal das ferrovias cria o regime de autorização, que transfere para a iniciativa privada todos os riscos do empreendimento. Atualmente, as ferrovias brasileiras são exploradas pelo regime de concessão, a partir de licitações e com forte regulação estatal. Com a autorização, será possível eliminar uma boa parte do processo burocrático e acelerar a recuperação da malha ferroviária nacional. Hoje, o Brasil possui cerca de 30 mil km de trilhos, mas apenas 8 mil km se encontram em plena operação. Cerca de 7 mil km de linhas férreas estão completamente abandonadas, enquanto os 15 mil km restantes são subutilizados.

Se não cairmos novamente na falta de vontade política,

essa história de abandono das ferrovias está por mudar. Há mais de 60 requerimentos protocolados no Ministério da Infraestrutura (MInfra), com projetos que somam R\$ 180 bilhões em investimentos e representam acréscimo de 15 mil quilômetros à malha ferroviária implantada no país. Há propostas de todos os portes, com investimentos em 16 estados.

Mato Grosso pode ser um dos maiores beneficiados com os novos tempos que estão chegando, eis que algumas das propostas feitas pelas empresas têm o objetivo de tirar do papel sonhos antigos, como a extensão da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico) até Lucas do Rio Verde, a construção da Ferrogrão ligando Sinop aos portos do Arco Nor-

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA



te, e uma ambiciosa ligação do Araguaia com a Ferrovia Oeste-Leste, que desagua no porto de Ilhéus (BA). Se autorizados, esses trechos serão construídos com 100% de capital privado, correndo poucas chances de se tornarem um novo elefante branco. Eis que surge uma nova esperança com o Marco Legal Ferroviário, a esperança de que o Brasil finalmente viverá o desenvolvimento tão sonhado.

Ano do Jumanji a brasileira

João Edisom de Souza (*)

Jumanji é um filme de ficção cujo enredo da sua história apresenta um grupo de quatro estudantes que encontra um game que se passa na floresta, para onde eles acabam sendo transportados. A única forma de escapar é vencendo os desafios do local.

Na saída de 2021, já vislumbrando o ano de 2022, conversei com várias pessoas sobre as eleições de outubro próximo, que elegerá deputados estaduais e federais juntamente com um senador, mais governadores e, principalmente, presidente da República. Constatei que o sentimento da imensa maioria é binário, em que o combustível de suas escolhas passa pelo medo e pelo ódio. Maquiavel já afirmara que "o homem ofende ou por medo ou por ódio". Teremos muitas ofensas!

Entre uma escolha e outra é perceptível que o ano de 2022 se apresenta como se fosse um filme de ficção (Jumanji), onde o game promove uma batalha entre viver ou morrer ou, na melhor das hipóteses, ser escravizado, pois traz consigo um desafio para uma parte considerável de brasileiros que não conseguem se desapegar das narrativas binárias e histéricas que promovem o medo e o ódio. Por falar em filme, Yoda afirmou que "o medo leva à raiva, a raiva leva ao ódio e

o ódio leva ao sofrimento". O brasileiro já está sofrendo!

O ano de 2022 que chega já traz um desafio para os brasileiros que não conseguem se desapegar nem do medo e nem do ódio, para uma imensa maioria destes eleitores é como se o tempo tivesse parado numa guerra de narrativas fictícias, pois estão presos em um jogo de videogame que se dá entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o atual presidente Jair Messias Bolsonaro.

O eleitor que escolhe o Bolsonaro sabe das suas fragilidades, grosserias e insensatez, mas recorre a ele por puro medo ou ódio do Lula, onde o inimigo se apresenta como um combo: PT, comunismo, esquerda e etc. Ele voltar a presidência significa para os bolsonaristas que ele transformará o Brasil em um país comunista, ou mesmo socialista (os que conversei não sabem a diferença), e vão invadir as propriedades privadas, destruir as famílias, proibir a religião e manipular o cérebro das crianças através de uma educação de ideologia de gênero e, para fechar, depois vendem a pátria para a China.

O eleitor que vai de Lula também reconhece os problemas inclusive de má gestão, de moral e sabem da corrupção que houve. Sabem dos erros cometidos pelo ex-presidente e sua trupe, mas sentem tanto ódio e até

medo do Bolsonaro, imaginam que com ele no comando que nós seremos um país com políticas e regimes fascista, nazista (estes sabem a diferença), com ditadura militar, destruição do patrimônio público (privatização desenfreada), fim da cultura historicamente acumulada, fim de todos os direitos fundamentais, destruição dos empregos e, para fechar, que ele vai entregar o Brasil para a iniciativa privada através dos grandes grupos corporativos do mercado mundial e por fim o Tio Sam dará as ordens.

Uma vitória neste jogo de videogame (eleição) para qualquer lado representa uma final de campeonato, sendo seu time campeão em cima do principal desafeto. Uma vitória em cima daquilo que mais sinto ódio e medo. Será o jogo do vale tudo, pois o que vier depois será comemoração pela vitória e nada mais. Neste cenário não há espaço para mais ninguém, quanto mais para uma terceira via! Tem um sentimento que não haverá vida no pós-eleição para o grupo derrotado.

Embora as minhas perguntas não representem uma pesquisa e nem uma amostragem confiável, analisar o contexto das contradições nas respostas é interessante. Os Lulistas, por exemplo, em sua maioria defendem o direito ao aborto e a eutanásia, mas são rigorosos quando o assunto é vacina e, pasmem, com o argumento de que deve-

mos defender a vida em qualquer situação. Já os bolsonaristas são contra o aborto e contra a eutanásia porque, segundo eles, defendem a vida acima de tudo, mas são contra a obrigatoriedade da vacina. Falam que as pessoas têm o direito de escolher se querem viver, morrer ou contaminar os demais. Não veem problemas, pois defendem a liberdade de forma restrita. Como assim, caras pálidas? Vocês enlouquecem o psiquiatra deste jeito!

Como afirmara Simone de Beauvoir, "atroz contradição a da cólera; nasce do amor e mata o amor". Neste sentido, cada grupo é uma caricatura perpétua das suas próprias convicções; e a cada momento ele é discurso e contradição do que pretende ser. Vidas em bolhas! Só para constar, Jumanji é um filme muito ruim.

Enquanto um dos poucos brasileiros sem medo e sem ódio e ainda esperançoso, eu fico com Charlie Chaplin, pois "creio no riso e nas lágrimas como antídotos contra o ódio e o terror" destes nefastos pensamentos binários!

JOÃO EDISOM DE SOUZA é analista político em MT.



Analfabetos Digitais

Maria Augusta Ribeiro (*)

Os analfabetos hoje não são mais as pessoas que não sabiam ler ou escrever do passado. Uma nova classe de gente sem os conceitos básicos para navegar pela internet engrossa o debate de quem são os analfabetos digitais.

Segundo a Agência Brasil eles representam mais de 40 milhões de brasileiros que nunca tiveram acesso à internet. É aí que a conversa vai de tom de dificuldade a um obstáculo sem precedentes.

Um relatório chamado "Inclusive Internet Index" que avalia qual ponto a internet contribui positivamente para melhorar fatores socioeconômicos, coloca o Brasil em 37 lugar num ranking de 100 países avaliados.

E se pensarmos que as empresas responsáveis pela infraestrutura para a chegada da internet para esses brasileiros não é responsável por ensinar como utilizar, a chamada transformação digital fica precária na base.

A deficiência começa ao formar pessoas, e a conta não fecha. Se o formato convencional do ensino brasileiro já é falho, imagine o que acontece quando despencamos uma legião de

pessoas mal instruídas para a vida digital com a possibilidade de fazer o que quiser.

Metaverso nem passa perto. Vamos ter abusos e crimes virtuais acontecendo em escala exponencial, e o que deveria incluir, será motivo de exclusão.

A cena vai ser bizarra: pessoas se abarrotando para ter acesso a uma tomada para carregar seu smartphone, e pedófilos, fake News e nudes inundando feed de redes sociais, sem chance das pessoas distinguirem o que bom ou ruim para eles.

Na prática teremos mais gente com o dispositivo na mão, mas que não saberá ao certo para que serve.

Sabemos que hoje não criamos nossos filhos para o mundo em que fomos criados. Mas pense em alguém que, como você, se esforça para dar uma boa educação, aquela de valores familiares; mesmo que seja um analfabeto, se vê em meio a uma realidade que não compreende e que não consegue inserir seu filho nesse universo, para progredir.

Será mais gente fora da escola, do mercado de trabalho e das relações familiares. Serão mais criminosos, valores distorcidos e

uma população cada vez mais numerosa sem instrução do universo digital para o físico.

Sim, porque a ideia de se colocar mais gente com critérios deficientes ou valores inexistentes em ambiente digital, vai ser absorvido pela vida real. E o impacto disso vai ser desastroso.

Sou responsável por assustar as pessoas quando, baseado em estudos, observo os dados de cenário caótico que podemos ter nos próximos anos com a falta de zelo pelo operacional da cena digital.

E não temos certeza de nada, mas podemos ter atitudes hoje que contribuam para a transformação digital que tanto desejamos. Educação não é vacina, mas é o melhor que podemos fazer para não criar uma onda de analfabetismo digital.

Nunca é cedo para ensinar e tampouco tarde para aprender. O que não podemos é ficar de braços cruzados, culpando as políticas públicas por atitudes que poderiam ser tomadas por nós, afinal de contas, quem gera empatia, ensina e aprende.

Temos que repensar sistemas educacionais melhores, reconsiderar jornada de trabalho

mais atrativos, e estimular o aprendizado para a vida.

A reflexão aqui é de estimular todos a pensar como vamos barrar os avanços do analfabetismo digital e evitar que esses 40 milhões de brasileiros sem acesso à tecnologia consigam buscar oportunidades de transformar suas vidas, inseridos no virtual de forma clara.

Como cidadã comum, penso que é hora de sermos protagonistas nessa brincadeira e ir a campo. Podemos apadrinhar crianças e jovens que geram essa educação ou fazer nós mesmo.

Conhece alguém que não tem e-mail? Que não sabe o que é wi-fi? Explique, debata, invista financeiramente a educação dessa criança, jovem ou adulto. Somente incentivando a empatia, criatividade e coragem, teremos um ambiente digital como desejamos no real.

MARIA AUGUSTA RIBEIRO é especialista em comportamento digital e Netnografia.



Reprogramando o cérebro

Francisney Liberato (*)

O excesso de passado traz aos dias atuais o maior impacto emocional da história da humanidade: a depressão. A orientação bíblica é clara quando nos alerta a esquecermos das coisas passadas, a fim de nos abastar de esperança do futuro que Ele tem escrito para nós.

Qual a finalidade das coisas passadas? O que esperar do tempo transcorrido? Você é do tipo que gosta de ficar "surfando" no que já passou? Por que muitos adoram concentrar-

-se no que já ocorreu? Viver demasiadamente no pretérito pode ser fatal para a sua vida.

Frases como "No passado era muito melhor" mostram como o seu cérebro tende a resgatar o que já aconteceu de ruim, de maneira "romantizada". Tome cuidado para não se enclausurar nesse tempo, abstraindo-se de certas lições importantes, que determinarão o seu futuro.

É claro que esse retrospecto é importante para entender algumas situações já ocorridas e que atualmente estão se repetindo. É importante conhecer o passado e encarar-lo de

frente, com seus acertos e erros, mas é indispensável alertá-lo de que viver a vida voltado a esse retrospecto certamente o impedirá de reconhecer as belezas do presente e futuro.

O presente diz muito sobre quem somos, por isso é de suma relevância viver nele. Muitos acabam depositando seu foco e energia naquilo que já ocorreu, devido a inseguranças, insatisfações, dependências, dentre outros.

E como utilizo o passado para me favorecer? O passado pode servir como um grande aliado na nossa evolução e aprendizagem, por isso deve ser encarado de frente, como de fato é, no tempo determinado a isso, a fim de refletir acerca de erros cometidos anteriormente, para que, conscientemente, haja a mudança necessária no presente e um futuro melhor.

Entretanto, jamais pesquise o seu passado com a finalidade de encontrar fatos que afetaram você profundamente, e dessa forma ficar preso a ele, em outras palavras, remoe aquilo que já aconteceu. Isso, com certeza, afetará assustadoramente o seu presente. Uma frase popular diz: "Os tolos falam do passado, os sábios do presente, e os loucos do futuro".

Você não pode ficar discutindo o passado e perder a esperança do futuro. Entristecer-se pelo passado vai afetar o seu futuro. Fazer um retrospecto dele, a fim de aparar o que é necessário, é notável, contudo, isso nunca deve ofuscar o seu futuro, fazendo com que perca as oportunidades que adiante estão reservadas.

Ter objetivos e uma direção a seguir te fará estar mais conectado. Você não pode escolher de onde veio ou mudar o que aconteceu, mas conseguirá escolher para onde quer ir. Por isso é importante viver o presente,

nos termos do provérbio árabe: "O passado fugiu, o que você espera está ausente, mas o presente é seu".

Desapegue do passado! Viva o presente e agarre o seu futuro. Que você possa reconstruir a sua vida, a fim de viver intensamente os sonhos que Deus tem reservado para você. O seu passado só serve para lembrar como Deus tem cuidado de você e te levado para um futuro inexplicável, como você sempre sonhou viver. Concentre-se em atingir os seus objetivos. Afinal, a regra bíblica é: "Irmãos, não penso que eu mesmo já o tenha alcançado, mas uma coisa faço: esquecendo-me das coisas que ficaram para trás e avançando para as que estão adiante, prossigo para o alvo, a fim de ganhar o prêmio do chamado celestial de Deus em Cristo Jesus", conforme descrito em Filipenses 3:13,14.

FRANCISNEY LIBERATO é Auditor do Tribunal de Contas. Escritor, Palestrante, Professor, Coach e Mentor. Mestre em Educação pela University of Florida. Doutor em Filosofia Universal Ph.D. Honoris Causa. Bacharel em Administração, Bacharel em Ciências Contábeis (CRC-MT) e Bacharel em Direito (OAB-MT). Vice-presidente da Associação Brasileira dos Profissionais da Contabilidade - ABRAPCON. Membro da Academia Mundial de Letras. Autor dos Livros: "Mude sua vida em 50 dias", "Como falar em público com eficiência", "A arte de ser feliz", "Singularidade", "Autocontrole", "Femenal", "Reinvente sua vida" e "Como passar em concursos - Vol. 1 e 2", "Como falar em público com excelência" e "Legado". www.francisney.com.br



Jornal
IMPRESSO MT
FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

DEBATE NA AL

Projeto em tramitação prevê distribuição de recursos conforme desempenho dos municípios em índices de desenvolvimento socioeconômico

Estado quer mudar partilha do ICMS

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

Da redação

A Assembleia Legislativa decidiu adiar a discussão sobre um projeto de lei proposto pelo governo do Estado para mudar a forma de distribuição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) aos municípios. A proposta chegou ao Parlamento nesta semana, mas só deve ser discutida a partir do dia 1º de fevereiro, quando os deputados retornarem do recesso parlamentar.

A decisão de adiar a votação do projeto ocorreu a pedido de vários prefeitos, que procuraram os deputados para

suspender a tramitação e analisar melhor a proposta.

“Foi um pedido das prefeituras que esse assunto fosse melhor discutido, inclusive com audiência pública, onde pudesse chamar os prefeitos e todos os deputados concordaram. A maioria dos deputados também recebeu essa demanda dos prefeitos”, confirmou o deputado Carlos Avallone (PSDB), em entrevista ao Estado Mato Grosso.

De acordo com Avallone, a ideia do governo é usar critérios de desenvolvimento social para a distribuição dos recursos do ICMS, como a pontuação do município no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e a taxa de aplicação de vacinas.

A nova forma de cálculo só deve atingir 35% dos valores a que os municípios têm direito. Os 65% restantes continuarão sendo distribuídos pelos critérios antigos, como a população



Gilberto Leite

Avallone explica que ‘critério de desempenho’ só deve ser aplicado a 35% dos recursos do ICMS repassados aos municípios

e o perfil do município. Caso aprovada, a medida só teria validade a partir de 2023.

“A tese é boa, mas precisa ser melhor explicada aos municípios. Não dá para aprovar de

uma sessão para outra, é um assunto muito delicado”, resumiu Avallone.

O presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), Neurilan Fraga,

também pediu o adiamento das discussões. Ele aponta que a medida pode provocar perda de arrecadação em alguns municípios, enquanto outros podem registrar aumento nos repasses.

Anualmente, o Governo do Estado destina 25% de toda arrecadação do ICMS para os municípios, o que corresponde a mais de R\$ 2,2 bilhões, conforme dados consolidados de 2020. Considerando esse montante, mais de R\$ 700 milhões seriam distribuídos por outros critérios que ainda serão discutidos.

O primeiro-secretário da Assembleia Legislativa, deputado Eduardo Botelho (DEM), também se manifestou favorável ao adiamento das discussões.

“O projeto do jeito que está não traz uma garantia que os municípios, sobretudo aqueles municípios mais pobres, vão ter algum benefício. Inicialmente a gente acredita que esse projeto tem que ser melhorado e mais discutido com os municípios. Nós vamos fazer essas discussões aqui e depois tomarmos medidas para aprimorar o projeto”, disse.

‘DECISÃO PESSOAL’

Janaína Riva (MDB) incentiva vacinação de crianças

Gabriel Soares

Contrária à implantação do passaporte vacinal em Mato Grosso, a deputada estadual Janaína Riva (MDB) usou suas redes sociais para defender a vacinação contra a covid-19, inclusive para crianças. Ela citou que foi novamente infectada pelo coronavírus, mas está assintomática, já que tomou as duas doses da vacina contra a covid-19, que protegem contra as formas mais graves da doença.

Em seu testemunho, Janaína lembrou que a maioria dos casos graves de covid-19 que estão sendo registrados nos últimos meses acontecem com pessoas não-vacinadas. Por isso, a deputada decidiu fazer a publicação para pedir que seus seguidores - que somam mais de 100 mil pessoas - tomem a vacina contra a covid-19.

“A vacina me ajudou muito, porque se os sintomas não existem, com certeza se deve à vacina.

Não é à toa que os dados estão mostrando que a maioria das pessoas internadas ou em estágio grave são pessoas não vacinadas. Eu sempre disse isso, que o fato de eu ser contra obrigar a vacinar não quer dizer que sou contra a vacina. Então, por conta da vacina, as coisas foram mais leves. Nem se compara à covid que eu tive da primeira vez, por isso que eu recomendo a todos que tomem a vacina”, afirmou.

A deputada afirmou ainda que sua experiência positiva acabou motivando sua família a decidir vacinar seus filhos mais novos assim que possível.

“As crianças também, pelo que eu li nas pesquisas que estão sendo feitas, a maioria das crianças internadas são crianças não vacinadas. Então, isso demonstra que nas crianças a vacina faz a diferença. É uma escolha muito pessoal, mas aqui em casa, depois de eu ter passado

por essa experiência de pegar e ser assintomática, nós optamos por vacinar as crianças também”, emendou.

Janaína conta que estava tratando de uma gripe e, em seguida, começou a sentir um incômodo que pensou ser uma alergia. Como os sintomas eram leves, ela não queria fazer um exame de covid, mas acabou sendo ‘pressionada’ por uma colega de trabalho.

“Por não sentir nenhum sintoma de covid

- não tive febre, nem aquela tosse exarcebada - parecia que eu tava com alergia, porque eu tenho problema de alergia. E tava tratando uma gripe, porque meu irmão chegou do Rio de Janeiro gripado. Pensei: ‘poxa, peguei dele’. Com essa história de Influenza e tá perigoso, pessoal morrendo de gripe, decidi fazer o exame para ver que tipo de gripe que tenho [...] e me deparei com o positivo covid, que eu nem queria fazer”, contou.

MODERNIZAÇÃO

Governo investe mais de 35 milhões em Hospitais

Fernanda Nazário | SES-MT

Nos últimos três anos, o Governo Estadual investiu R\$ 35.524.295,78 milhões na reforma e ampliação do Hospitais Regionais localizados no interior de Mato Grosso. Os investimentos, realizados pela Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT), integram o projeto de atual gestão, de modernização da infraestrutura da rede hospitalar estadual, cujo objeto é ampliar o número de leitos e oferecer um serviço de mais qualidade ao cidadão.

“Tivemos muitos desafios ao longo desses anos, sendo o principal deles a pandemia pela Covid-19, mas nós estamos conseguindo enfrentar as dificuldades e cumprir com a promessa da atual gestão que é fazer uma grande transformação nas unidades de saúde e entregar uma rede hospitalar totalmente modernizada para a população mato-grossense”, declarou o secretário estadual de Saúde, Gilberto Figueiredo.

Entre as obras entregues, está a de ampliação do Hospital Regional de Sorriso, cujo investimento total foi de R\$ 13.067.776,56 milhões. A reforma, realizada entre abril e agosto de 2021, possibilitou a ampliação de 1.923,54 metros quadrados em estrutura, além da modernização da cozinha, da recepção, do telhado e da compra de equipamentos e mobiliário.

O valor também permitiu a implantação de novos leitos de UTI e enfermaria na unidade de saúde. A unidade regional de Sorriso ainda passa por reforma e deverá ser 100% revitalizada, melhorias que beneficiarão outros 16 municípios da região.

Já o Hospital Regional de Colíder recebeu, entre fevereiro e abril de 2021, melhorias na ordem de R\$ 11 milhões. Foram adquiridos móveis e equipamentos para a unidade, além de ampliação de 1,17 mil metros quadrados no local. A readequação contribuirá para um atendimento de mais qualidade aos moradores



Mayke Toscano - SECOM/MT

Em Sorriso, investimento foi de R\$ 13.067.776,56 milhões para reforma, realizada entre abril e agosto

de seis município da região, além da população indígena do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Kayapó, que tem a unidade de saúde como referência.

O órgão estadual ainda ampliou, entre junho e agosto de 2021, o Hospital Regional de Cáceres e implementou 10

novos leitos de UTI e 20 novos leitos de enfermaria. Os investimentos estão avaliados em R\$ 5.018.288,32 milhões. O hospital atende 22 municípios da região.

MAIS OBRAS - No interior do Estado, o Hospital Regional de Rondonópolis, que é referência para 19 municípios da

região, passou por diversas melhorias e ampliações entre os anos de 2019, 2020 e 2021, que incluem a reforma do Pronto Atendimento, da recepção e fachada, além da construção de novos leitos de enfermaria e UTI. Foram aplicados na obra um montante de R\$ 3 milhões. Atualmente, a

obra avança por outros setores do hospital.

O Hospital Regional de Sinop recebeu, entre outubro de 2019 e maio de 2020, investimentos totalizados em R\$ 1,5 milhão. Foram realizados reparos e adequações no Centro Cirúrgico, fachada e construídos novos leitos de UTI. A unidade já tem mais de 75% de sua estrutura modernizada e será completamente revitalizada, beneficiando 18 municípios da região. Também está em obra, no local, o bloco administrativo e a enfermaria pediátrica. O valor do empreendimento está avaliado em R\$ 800 mil; o hospital deve ser entregue 100% finalizado ainda no primeiro trimestre de 2022.

Em Alta Floresta, um investimento de R\$ 1,2 milhão, realizado entre outubro de 2019 e junho de 2020, permitiu a reforma da UTI e da cozinha. Contudo, um novo Hospital Regional será construído no município, inclusive já foi lançada a licitação da construção. Atualmente, a unidade atende seis municípios da região.

BAIXADA CUIABANA

Prefeito vai convocar uma reunião com Consórcio Intermunicipal Desenvolvimento Econômico e Social da Baixada para tratar do tema

Emanuel pede cancelamento de folia



Gilberto Leite

Prefeito vai pedir que demais gestores não realizem eventos do Carnaval devido ao aumento de casos H3N2

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed Cuiabá

Da redação

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), afirmou que vai se reunir com os demais gestores dos demais municípios que compõem a Baixada Cuiabana para pedir a não realização de eventos do Carnaval. Emanuel disse que vai convocar uma reunião extraordinária do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social da Baixada para tratar do tema.

“Quero pedir apoio uníssono dos 13 municípios que compõem o consórcio para que possamos, respeitando a autonomia de cada município, tomar uma decisão em conjunto e evitar eventos que possam trazer aglomerações, multidões”, disse o prefeito, em entrevista concedida na última segunda-feira (3).

O pedido do prefeito da Capital tem como base o aumento de casos de gripe H3N2, que tem causado surtos e mortes em outros estados brasileiros. Em Cuiabá, por exemplo, a Secretaria Municipal de Saúde já confirmou 25 casos do vírus. A onda do novo vírus tem causado preocupação nos gestores.

“Ainda não vencemos essa guerra [contra a covid] por inteiro. Avan-

çamos muito, mas ainda não vencemos. Agora tem um surto gripal aí, essa virose terrível, atingindo a população, parece que está tendo um foco maior para crianças e idosos. Temos que ter o cuidado todo especial e é esse pedido que vou fazer”, completou o gestor.

Além da pandemia, muitas pessoas estão testando positivo para o novo coronavírus e também para a gripe si-

multaneamente. A dupla infecção está sendo apelidada de ‘flurona’, uma junção de gripe (em inglês) e coronavírus e os impactos para a saúde ainda são desconhecidos. Além disso, ainda não foi desenvolvida uma vacina para esse subtipo da gripe.

PASSAPORTE DA VACINA - Durante a entrevista, o gestor ainda comentou sobre o projeto de autoria da deputada Janaina Riva (MDB), que

pretendia proibir o Poder Público de exigir a carteira de vacinação para acessar órgãos públicos e comércio. O projeto foi retirado de pauta, mas uma nova proposição deve ser apresentada pelo deputado bolsanista Gilberto Cattani (PSL).

Emanuel afirmou que a medida não teria validade, pois o Supremo Tribunal Federal (STF) já decidiu, no começo da pandemia, que cabe ex-

clusivamente aos municípios adotarem medidas de contenção ao vírus.

“O STF decidiu que quem tem as condições, quem comanda a equipe técnica e tem a condição de definir o que é melhor ou não, bem orientado tecnicamente, são as autoridades sanitárias dos municípios, que são representadas pelo prefeito, que é a autoridade maior, e pelo secretário de saúde”, disse.

Emanuel ainda acrescentou que os parlamentares têm “matérias de maior imersão” para se debruçar e deixar as decisões de combate aos vírus com as autoridades municipais. O gestor ainda acrescentou que cada município tem uma realidade diferente e cada decisão deve ser tomada de forma individual.

“Mato Grosso tem um dos menores municípios do país. Como é o caso de Araguaína, com 900 habitantes e uma Capital com 700 mil habitantes. De qualquer forma é uma iniciativa parlamentar, eu respeito, mas para mim é indiferente”, disse, acrescentando que a medida, mesmo se aprovada, não teria validade.

COMPRA DE VAGA

Juiz Bruno D'Oliveira mantém audiência para ouvir delatores

Gabriel Soares

O juiz Bruno D'Oliveira Marques, da Vara Especializada em Ações Coletivas, recusou um pedido da defesa do ex-secretário Eder Moraes para suspender audiência de instrução na ação que apura a suspeita de compra de vaga no Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT). O despacho assinado na quinta-feira (6) mantém a audiência, que está prevista para ocorrer no dia 7 de fevereiro.

O pedido de cancelamento da audiência tem como base uma petição formulada pela defesa do ex-governador Blairo Maggi - que também é réu na ação - alegando que deveria ser declarada a prescrição do

processo, já que se passaram sete anos desde a propositura da ação e nenhuma sentença foi proferida. Segundo a defesa de Eder Moraes, o juiz deveria suspender a audiência até que o pedido feito pela defesa de Maggi seja analisado.

Ao analisar o pedido, o magistrado afirmou que a realização da audiência no dia 7 de fevereiro não prejudica a apreciação do pedido de prescrição, mesmo que seja feito em outro momento. Sustentou ainda que o adiamento da audiência comprometeria o princípio da celeridade processual, já que só há data disponível para o mês de maio.

“Indefiro o pedido de cancelamento da audiência outrora designada, contido na petição de Id.

nº 72916024, tendo em vista que o agendamento do ato não impede a análise do pedido, seja antes ou depois da referida audiência”, disse. “Ademais, o cancelamento vai de encontro ao princípio da celeridade processual e da razoável duração do processo, mormente considerando que a redesignação da audiência somente seria possível para o mês de maio, quando há data disponível na agenda deste Juízo”, emendou.

A expectativa é que a audiência de fevereiro sirva para tomar os depoimentos do ex-governador Silval Barbosa e do ex-deputado José Geraldo Riva, que são delatores premiados no caso da compra de vaga no TCE.

INVESTIMENTO NA SAÚDE

Licitação de novo hospital deve sair em janeiro de 2022

Da redação

O governador Mauro Mendes (DEM) afirmou que pretende lançar o edital para construir o Hospital Regional de Tangará da Serra em até 15 dias. A declaração foi dada após receber a escritura pública do imóvel doado pelo município para a construção da unidade. A área tem 91 mil metros quadrados e está localizada próxima ao anel viário.

“É uma excelente notícia para Tangará e região. Hoje foi entregue a escritura do terreno para que nós possamos construir um novo Hospital Regional. É importante frisar que, além de lançarmos quatro novos Hospitais Regionais, estamos construindo outros dois grandes hos-

pitais, que é o Hospital Central e o Hospital Universitário Júlio Muller”, disse Mauro. A área doada é avaliada em quase R\$ 6 milhões.

A entrega da escritura ocorreu no Palácio Paiaçu, feita pelo prefeito de Tangará, Vander Masson (PSDB). O secretário estadual de Saúde, Gilberto Figueiredo, e o deputado estadual Dr. João (MDB) também participaram da entrega.

“É uma satisfação muito grande ver que o Governo assumiu o compromisso de fazer, em 15 dias, a licitação desta importante obra. Esse hospital vai atender a população de Tangará da Serra e de toda a nossa região, esse é o ponto mais importante. Além disso, a obra vai gerar empregos e atrair inves-

timentos e pessoas para o nosso município”, disse Masson.

O hospital deve ter 141 leitos de enfermagem e 40 leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTI), além de consultórios, centro cirúrgico e outros espaços para atender a população de toda a região.

NOVOS HOSPITAIS - Nos dias 02 e 20 de dezembro de 2021, foram publicados os avisos de abertura dos editais de licitação para a construção dos Hospitais Regionais de Juína, estimada em R\$ 119 milhões, e do Araguaia, estimada em R\$ 116,7 milhões. Já no dia 29 de dezembro, foi publicado o edital de licitação do Hospital Regional de Alta Floresta, estimado em R\$ 116,4 milhões.

TRANSPORTE INTERMUNICIPAL

"Passaporte do Idoso" vai à sanção do governador

Da redação

Os deputados estaduais aprovaram, em segunda votação na primeira sessão ordinária de 2022 na última terça-feira (04), a proposta que amplia direitos de idosos e pensionistas no transporte intermunicipal. O Projeto de Lei 537/2021 é de autoria do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Max Russi (PSB).

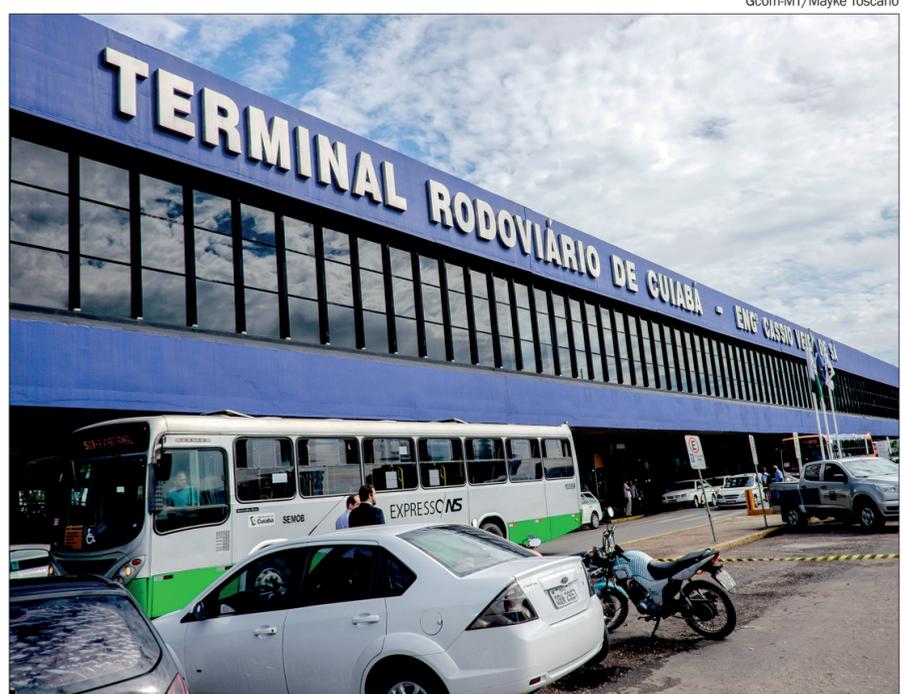
De acordo com o parlamentar, assim que for sancionada pelo governador Mauro Mendes

(DEM), a nova medida vai garantir a gratuidade do transporte coletivo, dentro do estado, ao que portarem o “Passaporte do Idoso”, que deverá ser emitido pelo Sindicato Estadual dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindapi-MT).

“Será um documento de comprovação de renda válido, que irá garantir aos maiores de 60 anos, o direito de viajar gratuitamente nos ônibus que fazem as linhas intermunicipais do estado, podendo utilizar até quatro passagens

por mês”, explicou Max.

O deputado estadual reforça ainda que é preciso tornar a ideia do direito ao transporte acessível e gratuito compatível com o crescimento e o envelhecimento da população. Ele acredita ainda que o projeto vai garantir que os idosos possam se deslocar para fazer tratamento de saúde disponível em municípios maiores, como a própria capital cuiabana, possibilitando ainda o convívio com familiares que residem em outras cidades.



A nova media amplia direitos de idosos e pensionistas no transporte coletivo

GREVE DOS POLICIAIS

Uma comissão composta por deputados foi criada para auxiliar nas tratativas entre Sindicato dos Policiais Penais de Mato Grosso e Governo

Comissão irá intermediar negociações

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed Cuiabá

Da redação

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) criou uma comissão para intermediar a negociação entre o Sindicato dos Policiais Penais de Mato Grosso (Sindspen) e o Governo do Estado. A criação da comissão ocorreu na última terça-feira (4) após reunião com o presidente do sindicato, Amaury Neves, no Colégio de Líderes.

A comissão iniciou seus trabalhos na quarta-feira (5) ao acompanhar a reunião dos representantes dos policiais penais com o se-

cretário-chefe da Casa Civil, Mauro Carvalho. Apesar da intermediação, a reunião terminou sem acordo entre as partes e um novo encontro foi marcado para o mês de fevereiro.

A criação da comissão foi liderada pelo presidente da Assembleia Legislativa, Max Russi (PSB), e pelo líder do governo no Legislativo, deputado Dilmar Dal Bosco (DEM).

“O Sindspen-MT procurou os deputados e apresentou as pautas reivindicadas. Acreditamos que são pleitos justos e por isso vamos apoiar esse pedido, para que juntos possamos debater na Casa Civil e encaminhar uma solução que valorize a polícia penal”, afirmou o deputado Max Russi.

O Sindspen decidiu dar uma pausa ao movimento grevista para negociar com o governo após quase 20 dias de greve. Os servidores ini-



A criação da comissão foi liderada pelo presidente da Assembleia Legislativa, Max Russi (PSB)

ciaram o movimento no dia 16 de dezembro cobrando melhorias salariais, uma vez que são os servidores das forças de

segurança, Polícia Militar e Polícia Civil, que têm os menores salários.

Uma nova assembleia-geral deve ser

realizada pela categoria para decidir se voltam ao movimento paredista ou encerram a greve.



Neurilan Fraga afirma que aumento de casos coloca a comunidade em estado de alerta

APELO AO BOM SENSO

O presidente da AMM pede cancelamento do Carnaval

Da redação

O presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), Neurilan Fraga, encaminhou um pedido a todos os municípios do Estado para que não façam eventos de Carnaval neste ano. O pedido foi feito na quinta-feira (6) e tem como base o aumento de casos da covid e infecções pela cepa H3N2 do vírus da gripe.

Neurilan cita as festas de final de ano que provocaram aumento de casos em Mato Grosso. Um desses eventos ocorreu em Chapada dos Guimarães, onde foi registrada aglomeração de milhares de pessoas.

“Após as festas de final de ano foram registrados dezenas de casos de síndrome respiratória aguda grave, muitos ocasionados pelos quadros de covid-19 e Influenza. Qualquer tipo de aglomeração neste momento pode ocasionar uma situação de nova calamidade no país, que já se encontra diante de um surto de gripe e do avanço da variante ômicron”, disse.

Em Cuiabá, o surto de gripe tem causado uma procura muito alta nos postos de saúde e a Ca-

pital já chegou a registrar morte pelo H3N2. Uma idosa de 68 anos foi a primeira vítima da gripe no dia 30 de dezembro, cuja amostra estava em análise. Ainda não existe vacina para essa cepa da gripe. O imunizante só deve ser disponibilizado à população em março.

A variante da covid, ômicron, também já registrou a primeira morte no Brasil, em Aparecida de Goiânia, em Goiás nesta quinta. A prefeitura informou que a morte é a 1ª pela variante no Brasil.

A AMM ressalta a necessidade dos gestores e técnicos estarem atualizados e trabalhando em consonância, seguindo as orientações não só governamentais como da Organização Mundial de Saúde - OMS, para melhor orientar a prevenção e cuidado da população, uma vez que a capacidade de propagação das contaminações é considerada rápida, o que exige maior atenção para a notificação, confirmação e a intervenção oportuna dos casos.

O presidente da AMM ressalta que a decisão de cancelar o Carnaval e outros tipos de eventos que gerem aglomeração é do prefeito, mas que é importante os gestores ava-

liarem bem as recomendações das autoridades em saúde e os levantamentos técnicos que indicam aumento de casos e risco de agravamento da emergência sanitária.

Desde o início da pandemia, no começo de 2020, a AMM vem orientando os gestores sobre medidas restritivas, de biossegurança, prestação de contas sobre a aplicação dos recursos recebidos, além de realizar várias reuniões por videoconferência para orientar os gestores sobre temas relacionados ao enfrentamento da crise sanitária.

O prefeito da Capital, Emanuel Pinheiro (MDB), também está pedindo aos prefeitos da Baixada Cuiabana para que não façam festas de Carnaval. Emanuel vai convocar uma reunião do Consórcio de Desenvolvimento Econômico e Social da Baixada para conversar com os gestores.

“Quero pedir apoio unânime dos 13 municípios que compõem o consórcio para que possamos, respeitando a autonomia de cada município, tomar uma decisão em conjunto e evitar eventos que possam trazer aglomerações, multidões”, disse o prefeito.

EM REDAÇÃO FINAL

Deputados aprovam projeto que permite pesca no Manso

Da redação

Os deputados estaduais de Mato Grosso votaram em redação final, na última terça-feira, 4 de janeiro, o projeto de lei 64,6/2021, que altera dispositivos da lei 11.486, de 29 de julho de 2021, que proíbe a extração de recursos pesqueiros nos entornos da barragem da Usina Hidrelétrica de Manso.

De autoria de lideranças partidárias, o PL modifica, em seu artigo 1º, o artigo 2º, que passa a vigorar da seguinte forma: o Sítio Pesqueiro Estadual do Manso está classificado, de acordo com o seu objetivo, como área destinada para a prática da pesca esportiva, profissional, amadora e difusa.

O artigo 7º diz que “fica proibida a extração

de recursos pesqueiros a menos de três quilômetros a jusante e a montante da barragem da Usina Hidrelétrica de Manso, salvo nas modalidades de pesca exercidas com a finalidade de subsistência, amadora ou científica”. Se constatada a pesca na área estabelecida, será aplicada multa de até três (Unidade Padrão Fiscal de Mato Grosso) por kg (quilograma) por produto e subproduto.

Em justificativa, os deputados argumentaram que “a pesca e a exploração de mercado da mesma é uma atividade tradicional em diversas cidades de Mato Grosso, e meio de sobrevivência direto e indireto de grande parte dos moradores que povoam as 13 cidades pesqueiras, pois, além da subsistên-

cia, ela gera renda para os pescadores e gira toda a economia de uma região, além de fazer parte da cultura regional e mato-grossense”.

Ainda segundo os deputados, “permitir apenas a pesca esportiva e proibir a comercialização do pescado nesse trecho, causaria um efeito nefasto na economia de vários municípios tais como: Santo Antônio de Leverger, Barão de Melgaço, Nossa Senhora do Livramento entre outros, deixando essas cidades uns verdadeiros desertos turísticos, desamparando centenas de famílias que estarão reféns do desemprego e da ausência de fonte de renda, pois afetaria de modo drástico a socioeconomia de peixe e pesca do Rio Cuiabá”.

7% AOS SERVIDORES

Sancionada lei que garante recomposição salarial em VG

Da redação

O prefeito de Várzea Grande Kalil Baracat (MDB), sancionou a Lei de número 4.864/2021 que garante a recomposição aos servidores públicos do município. O ajuste de 7% vai beneficiar cerca de 3 mil servidores efetivos com a alteração das tabelas salariais. O pagamento de janeiro, que deve ser feito até o dia 31 do referido mês, já virá acrescido da correção.

A lei que trata da recomposição foi publicada no dia 29 de dezembro no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso. O texto apresenta todas

as categorias beneficiadas – níveis elementar, médio e superior – e traz ainda a projeção dos novos valores de acordo com o nivelamento de cada servidor. A lei não se aplica aos servidores da Educação, cuja recomposição é feita de maneira diferenciada.

A partir de fevereiro, segundo Kalil, os servidores terão ainda a atualização de nivelamento de suas categorias, o que diretamente, também corrige o salário. “Serão duas alterações que vão se materializar em um salário mais adequado para a nova realidade que enfrentamos”.

Kalil pontua que a sua gestão teve um pri-

meiro ano coroadado de realizações, mesmo vivenciando um momento totalmente conturbado da história e cheio de impactos negativos para todos os setores e segmentos, em decorrência da covid-19.

“Mesmo assim, com boa vontade e zelo aos recursos públicos, cifras originadas pelo pagamento de impostos da população, pudemos contabilizar realizações em todos os segmentos, especialmente em infraestrutura e no funcionalismo. Demos primeiros passos firmes nesse ano e acredito que demonstramos ao longo desses doze meses” finalizou.

TRANSPORTE POR APP

Também estão inclusas na isenção as taxas do CRV-e e CRLV, da vistoria veicular e autorização para alteração de características do veículo

Motoristas estão isentos de IPVA

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

ANS - nº 34208-1

Da redação

Os motoristas de aplicativos entraram em 2022 com mais um incentivo para converter seus veículos para usar o Gás Natural Veicular (GNV). Isso porque o Governo do Estado isentou os contribuintes que usam o combustível de pagarem o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), que começa a ser cobrado em março.

Também estão inclusas na isenção as taxas de emissão do Certificado de Registro de Veículo (CRV-e) e Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV-e), da vistoria veicular e autorização para alteração de características dos veículos.

Com a isenção do imposto e das taxas aplicadas pelo Detran-MT, os motoristas devem ter uma economia de R\$ 1,6 mil, de acordo com uma associação que defende interesses da classe. Cerca de dez mil profissionais serão beneficiados.



Medida é uma forma de incentivo à utilização de Gás Natural por sua vantagem na preservação ambiental

A isenção ocorre após o projeto de lei do deputado Wilson Santos (PSDB) ser aprovado pela Assembleia Legislativa e sancionado pelo governador Mauro Mendes (DEM) em agosto do ano passado. Para ter acesso ao benefício, os motoristas devem ter veículos com menos de 1,6 mil cilindradas e deve estar registrado no nome do próprio trabalhador ou do cônjuge. Além disso, o veículo deve ser

registrado e licenciado em Mato Grosso.

“É uma novidade e conquista que temos que comemorar. Ninguém tinha se deparado com situação como essa [alta dos combustíveis] para validar esse pedido, que já foi um projeto de 2019 do deputado Wilson Santos, mas foi arquivado. Agora, em 2021, nós conseguimos colocar na pauta para ser apreciado, em razão da alta dos combustíveis, da

taxa de conversão GNV e de documentos do veículo”, detalha Cleber Cardoso, presidente da Associação dos Motoristas de Aplicativo do Estado (Amã-MT).

Também estão inclusas na isenção as taxas de emissão do CRV-e (Certificado de Registro de Veículo) e CRLV-e (Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo), da vistoria veicular e autorização para alteração de características dos veículos.

De acordo com a Secretaria de Fazenda (Sefaz), pasta responsável pelo lançamento e cobrança do IPVA, o benefício é limitado a um veículo por proprietário. Nesses casos, a isenção será aplicada ao veículo que apresentar maior valor médio de mercado.

O benefício será concedido de duas formas. No caso de veículos registrados em nome do próprio motorista, a Sefaz vai conceder a isenção de forma automática

a partir das informações encaminhadas pelas empresas de aplicativo de passageiros. Quando o veículo tiver o registro em nome do cônjuge ou companheira (o) do motorista, ele deve requerer a isenção diretamente à Secretaria de Fazenda, por meio de processo eletrônico.

Excepcionalmente para que sejam aplicadas as isenções no exercício de 2022, o prazo para as empresas mandarem as informações ou para os motoristas protocolarem o pedido encerra no dia 31 de janeiro. Nos demais anos, esses procedimentos devem ser realizados até o dia 1º de novembro do exercício anterior ao lançamento do IPVA.

Nos casos dos veículos registrados em nome de cônjuge ou companheira (o) do motorista, é necessário requerer o benefício da isenção do IPVA por meio do Sistema e-Process. No processo deve conter a cópia de Cédula de Identidade ou outro documento de identificação oficial, que não esteja vencido, de ambos os cônjuges ou companheiros, bem como certidão de casamento ou contrato que comprove união estável. O modelo de requerimento será disponibilizado no site da Sefaz, dentro do banner “IPVA”.

MATRÍCULA WEB

Período de matrículas na rede estadual vai do dia 10 a 14

Marco Domingues | Seduc MT

As matrículas para alunos da rede estadual de ensino poderão ser feitas no período de 10 a 14 de janeiro de 2022, nas unidades escolares do município de Cuiabá; e de 11 a 14 de janeiro de 2022, nas escolas dos demais municípios do Estado. Para fazer a matrícula é necessário que os pais ou responsáveis já tenham realizado o cadastro de usuário pelo site da Secretaria Estadual de Educação (Seduc). As aulas começam no dia 7 de fevereiro.

Depois de efetuar a matrícula online, o aluno maior de idade ou o pai/responsável pelo aluno menor de idade deverá comparecer na unidade escolar de opção para confirmação da matrícula, munidos dos documentos exigidos na portaria.

Entre os documentos necessários para a matrícula estão: apresentação de documentos pessoais do pai, da mãe ou do responsável legal (RG e CPF); certidão de nascimento ou casamento do aluno; documentos pessoais do aluno (RG e CPF); fatura de consumo de Energia Elétrica da residência dos pais ou responsáveis atualizada; histórico escolar ou atestados de transferência; cartão atualizado de vacina do aluno (de acordo com a Lei Estadual nº 10.736, de 09 de agosto de 2018).

O horário de atendimento presencial nas escolas será das 8h às 18h. A Seduc, Diretorias Regionais de Educação e unidades escolares participantes da Matrícula Web disponibilizarão em suas unidades terminais de computadores e apoio para os pais ou res-

ponsáveis que não possuam acesso à internet ou que tenham dificuldades para solicitar as vagas através da Matrícula Web pelo site www.matricula.seduc.mt.gov.br.

Conforme levantamento do Núcleo de Dados, Informações e Estatísticas (NDIE) da Secretaria de Estado de Educação, até o dia 16 de dezembro, o sistema contabilizou o ingresso de 9.612 novos usuários no Portal Matrícula Web. Com uma média de 640 novos cadastros por dia.

CONFIRMAÇÃO DAS MATRÍCULAS - Para as escolas que não aderiram ao formato eletrônico, as solicitações de matrículas continuam sendo presenciais, no balcão da secretaria escolar de cada unidade, no período de 10 a 14 de janeiro de 2022. Neste caso a solicitação de matrícula

é definitiva, sem necessidade de confirmação.

As solicitações realizadas via web deverão ser confirmadas presencialmente na unidade escolar no mesmo período, até as 18 horas do dia 14 de janeiro de 2022. Excepcionalmente as solicitações realizadas no período vespertino do dia 14, poderão ser confirmadas na unidade escolar até as 12 horas do dia 17 de janeiro.

Caso os pais ou responsáveis pelo aluno não compareçam no prazo estipulado em portaria, a secretaria escolar poderá cancelar a solicitação realizada via web. As instruções para as matrículas do ano letivo de 2022 estão na Portaria nº 751/2021/GS/SEDUC/MT. Conforme o calendário escolar, as aulas iniciam no dia 7 de fevereiro e terminam no dia 16 de dezembro de 2022.

PERIGO NO TRÂNSITO

Mais de 3 mil pessoas são flagradas dirigindo sem CNH

Lidiana Cuiabano | Detran-MT

Nos últimos dois anos, aumentou em quase 300% a quantidade de pessoas inabilitadas que foram flagradas pelas autoridades de trânsito conduzindo veículos sem habilitação nas ruas de Cuiabá e Várzea Grande.

Dados da Gerência de Fiscalização de Trânsito do Departamento Estadual de Trânsito (Detran-MT) mostram que em 2021 foram lavrados 2.507 Autos de Infração de Trânsito de pessoas inabilitadas na direção de veículos. Esse número é quase 300% maior que os flagrantes do ano de 2020, que finalizou

com 632 registros desse tipo de infração.

A conduta é uma infração de trânsito de natureza gravíssima prevista no artigo 162, I do Código de Trânsito Brasileiro, com multa no valor de R\$ 880,41.

A pessoa que assume o volante de um veículo sem possuir habilitação para dirigir, além de cometer infração gravíssima também coloca em risco a própria vida e de outras pessoas no trânsito.

“Essa é uma conduta que pode gerar consequências graves e até irreversíveis. É um desrespeito à vida. Precisamos compreender que o trânsito seguro é uma responsabilidade e direito de todos. Cada um precisa

fazer a sua parte”, destacou a gerente de Fiscalização de Trânsito do Detran-MT, Kelli Lopes Felix.

Ao longo de 2020 e 2021, equipes do Detran-MT e demais forças de Segurança Pública do Estado realizaram 407 operações de fiscalização de trânsito com objetivo de reduzir os índices de irregularidades administrativas, civis e até criminais que colocam em risco a vida das pessoas no trânsito.

“O objetivo das operações de fiscalização é conscientizar, estimular boas práticas e a mudança de comportamento no trânsito para salvar vidas”, ressaltou o presidente do Detran-MT, Gustavo Vasconcelos.

BUNDEX

Espelhos deixam o ambiente mais elegante!

PEÇA UM ORÇAMENTO!

(65) 3642-3344
(65) 9 9299-9226

CASA DOS VIDROS
www.casadosvidros.com.br

ETANOL

Para que o consumidor sinta a diferença na hora de abastecer, as usinas precisam investir em infraestrutura, contratação e logística

Venda não garante redução no preço

Gilberto Leite



O mercado mato-grossense consome apenas um terço da produção estadual

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

Da redação

A venda direta de etanol aos postos de combustíveis não vai garantir a redução de seu preço, avalia o presidente do Sindicato das Indústrias Sucroalcooleiras de Mato Grosso (Sindalcool/MT), Silvio Rangel. A venda direta foi sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), mas permite apenas a venda para postos localizados no mesmo município das indústrias.

Silvio avalia que para iniciar a venda diretamente aos postos, as usinas precisariam investir em infraestrutura de abastecimento, contratação de pessoal e investimento em logística. Apesar disso, o setor vê que a autorização, não sendo transformada em uma imposição, é positivo, pois poderá avaliar se vale a pena a venda direta aos postos.

Um desses casos, exemplifica Silvio, seria de postos localizados próximos às usinas, dessa forma, o custo do frete não teria muito impacto no preço final. Fora desse cenário, as distribuidoras possuem maior know how para dar vazão aos 4,52 bilhões de litros de etanol que os produtores mato-grossenses vão dis-

ponibilizar no mercado neste ano.

A expectativa é produzir 10% a mais de etanol em relação ao ano passado, quando foi registrada a produção de 4,13 bilhões de litros.

“Hoje, já existe essa estrutura por parte das distribuidoras. Então, as usinas teriam que ter o que as distribuidoras têm”, afirma Silvio.

“Com essa possibilidade de novos investimentos, é muito cedo para dizer que a medida deve ter impacto direto para os consumidores finais. Será que as usinas, os produtores, estarão mais eficientes que as distribuidoras?”, questiona.

Ainda de acordo com Silvio Rangel, o mercado mato-grossense conso-

me apenas um terço da produção estadual, algo em torno de um bilhão de litros. O restante é exportado para outros estados, inclusive para São Paulo, que é o maior produtor do combustível no Brasil. Outro estado que compra o combustível de MT é o Pará.

“Temos um grande desafio nesse cenário: a logística de escoamen-

to dessa produção, estando MT no centro do país, a distância até os portos e o custo de frete são questões significativas para exportação para fora do país. Então, a gente tem que outras usinas perto dos portos devam exportar pra fora do país e a gente fica com outros estados”, avalia.

Mato Grosso atualmente é o terceiro maior produtor de etanol, atrás de São Paulo e Goiás. Mas tem um diferencial em relação aos demais concorrentes: A capacidade de ampliar a produção. Segundo o Sindalcool, há quase 10 projetos para implantação de usinas no estado. Além disso, uma nova usina está sendo aberta em Primavera do Leste pela FS Bioenergia.

“MT tem muito a crescer devido à nossa produção, que tende a aumentar cada vez mais. A estimativa para essa safra, pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), está em torno de 40 milhões de toneladas de milho. O estado tem um potencial muito grande para crescer nessa área de combustíveis renováveis. Não só no etanol, na questão de biodiesel”, conclui.

INSTALAÇÕES

Inmetro desobriga padronização de taxímetros

Da redação

Em atendimento à Lei de Liberdade Econômica - Lei nº 13.874/2019, o Inmetro publicou na terça-feira (4) a Portaria nº 514, revogando a obrigatoriedade de padronização nas instalações dos sensores de velocidade utilizados em taxímetros. Essa padronização estava estabelecida na Portaria nº 338/2019, que previa a utilização de sensores próprios, com o

uso de cinta magnética fixada ao eixo dianteiro do veículo e ligações por meio de módulos de inspeção, em substituição às instalações utilizando sensores de rotação do ABS.

A revogação da Portaria nº 338 resulta de estudos sobre impactos nos setores regulados, feitos com ampla participação das partes interessadas. Foram realizadas consultas aos fabricantes de taxímetros, oficinas permis-

sionárias, responsáveis pela instalação dos instrumentos, taxistas, os órgãos delegados do Inmetro (Ipem) que formam a Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade (RB-MLQ-I) e Anfavea (Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores).

CUSTOS - Os estudos concluíram que a padronização determinada pela Portaria nº 338 estimula a criação de monopólio de fornecimento

de peças em favor dos fabricantes. “O risco de monopólio acabaria por aumentar desnecessariamente os custos para os taxistas. Além disso, a padronização fere a Lei de Liberdade Econômica por impedir a inovação”, pondera Pericles Vianna, diretor de Metrologia Legal (Dimel) do Inmetro.

Apesar disso, o uso das cintas magnéticas não está proibido. As instalações já realizadas com base na Portaria nº

338 são tecnicamente viáveis, seguras e legais. Dessa forma, nenhum taxista que tenha realizado a alteração será prejudicado.

O que muda é que o fabricante terá autonomia para escolher a melhor forma de instalar seu instrumento, desde que atenda à regulamentação técnica metrológica. Com essa flexibilidade, eles precisarão, caso entendam necessário, inserir o padrão de instalação nas

portarias de aprovação de seus modelos. “Estamos mudando nossa forma de regular orientando o que deve ser feito e não como deve ser feito”, sublinha Vianna.

Para garantir a segurança, aqueles que tenham o taxímetro instalado nos sensores de rotação do ABS serão notificados para correção. Esse tipo de instalação provoca mau funcionamento dos sistemas e põe em risco os usuários dos veículos.

FIQUE ATENTO

Prova de vida volta a ser exigida

Wellton Máximo/ Abr

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) precisam ficar atentos em 2022. A prova de vida voltou a ser obrigatória, após três meses de suspensão. O procedimento é necessário para manter o pagamento do benefício.

Entre março de 2020 e maio de 2021, a prova de vida foi suspensa por causa da pandemia de covid-19. O procedimento foi retomado em junho do ano passado, mas suspenso novamente em outubro, após o Congresso derrubar o veto do presidente Jair Bolsonaro a uma lei que retirava a obrigatoriedade da prova de vida em 2021.

Segundo o INSS, cerca de 3,3 milhões de segurados precisam fazer, entre janeiro e abril, a prova de vida referente a 2021. Os pagamentos das aposentadorias e das pensões começarão a ser suspensos em fevereiro.

COMO FAZER - A prova de vida do INSS deve ser feita no banco responsável pelo pagamento do benefício. O procedimento pode ser feito nos caixas eletrônicos com uso da biometria ou presencialmente, nas agências bancárias. Algumas instituições financeiras oferecem o serviço no internet banking ou no aplicativo.

Os segurados com biometria facial cadastrada no Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) ou no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) podem fazer a prova de vida de forma eletrônica, no aplicativo Meu INSS. Idosos a partir de 80 anos ou pessoas com dificuldade de locomoção podem pedir visita em domicílio. Nesse caso, é necessário agendar um horário pelo telefone 135 ou do app Meu INSS.

ETAPAS - A não realização do cadastramento não implica o cancelamento imediato do benefício. Antes disso há duas etapas: bloqueio e

suspensão do pagamento. Quem tiver o benefício suspenso em fevereiro entrará na etapa de suspensão três meses mais tarde. Se ainda assim não atualizar os dados nessa segunda etapa, o benefício será cancelado.

REATIVAÇÃO - Segurados com os benefícios bloqueados e suspensos podem reativá-los diretamente no banco. No caso de cancelamento, o segurado terá que ligar para a central 135 e agendar o serviço de reativação de benefício. Esse procedimento também pode ser feito pelo aplicativo Meu INSS. Após acessar o Meu INSS com o número do CPF e a senha cadastrada, busque por Reativar Benefício, na lupa.

Os servidores públicos inativos (aposentados e pensionistas) e anistiados políticos seguiram um cronograma diferente de recadastramento. Para essas categorias, o prazo para fazer a prova de vida de 2021 acabou em 31 de dezembro.

MEI E PP

Inscrição no Simples Nacional se encerra em 31 de janeiro

Luciano Nascimento - ABR

Termina no dia 31 de janeiro o prazo para que microempresas e empresas de pequeno porte solicitem a inclusão no regime de tributação do Simples Nacional. O Simples tem regras tributárias simplificadas para empresas que se classificam abaixo de uma determinada faixa de faturamento anual. O resultado da inclusão será divulgado em 15 de fevereiro.

No caso das microempresas, o limite de faturamento assistido pelo programa é R\$ 360 mil e para as empresas de pequeno porte, o valor é R\$ 4,8 milhões.

De acordo com a Receita Federal, as empresas que já estão em atividade e que tiverem a solicitação aceita, o Simples valerá em caráter retroativo a partir de 1º de janeiro deste ano.

Para empresas em início de atividade, o prazo para a solicitação é

de 30 dias do último deferimento de inscrição (municipal ou estadual), desde que não tenham decorridos 60 dias da data de abertura do CNPJ.

A solicitação deve ser feita por meio do portal do Simples Nacional (www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/). A empresa deverá declarar que não apresenta qualquer situação impeditiva à opção pelo Simples Nacional prevista na legislação.

“A verificação é feita pela Receita Federal, estados, DF e municípios, em conjunto. Portanto, a empresa não pode possuir pendências cadastrais e/ou fiscais, inclusive débitos. Durante o período da opção, é permitido o cancelamento da solicitação pelo Simples Nacional, salvo se o pedido já houver sido aprovado”, informou a Receita.

A Receita lembra ainda que a microempresa ou empresa de pequeno porte já optante pelo Simples

Nacional não precisa fazer nova opção. O órgão também ressalta que enquanto não for vencido o prazo para a solicitação da opção, o contribuinte poderá regularizar as pendências impeditivas ao ingresso no Simples Nacional liquidando ou parcelando débitos, dentre outras possibilidades.

Para empresas já em atividade, a Receita informou que vai realizar processamentos parciais nos dias 8, 15, 22 e 29 de janeiro com o objetivo de deferir as solicitações que apresentaram pendências regularizadas no prazo.

“Caso o contribuinte tenha regularizado parcialmente as pendências, serão apresentadas somente as que restarem e a solicitação poderá ser aprovada antes do resultado caso todas as pendências sejam resolvidas no prazo. O resultado da opção será divulgado em 15 de fevereiro”, informou a Receita.

RECORDE NACIONAL

Com quase 10 mil consumidores ativos, capital de MT é a primeira cidade do país a produzir mais de 100 MW com painéis solares

Cuiabá: capital da energia solar

Renato Araújo/Agência Brasília



Cuiabá é a primeira cidade no Brasil a atingir a marca de 100 MW de geração de energia solar

“Quando você faz o financiamento, você faz a troca de uma conta por outra. A diferença é que um dia o financiamento acaba, a conta de energia não. Se a gente for pagar a conta, sem as placas solares, a gente iria pagar quase R\$ 2 mil nas três unidades e a tendência é ficar mais caro”, afirma Antony, acrescentando que hoje paga uma parcela de R\$ 1,6 mil referente ao financiamento.

O caso da família de Antony é um entre os quase 10 mil consumidores de Cuiabá que recebem créditos provenientes da geração de energia solar. De acordo com informações do Canal Solar, coletados junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a Capital mato-grossense foi a primeira no Brasil a atingir a marca de 100 MW de potência solar.

Ainda segundo a Aneel, Cuiabá tem mais de 9 mil usinas fotovoltaicas em operação. Entre as classes de consumo, os sistemas

residenciais são os de maior predominância, com mais de dois terços das usinas (7,62 mil) e mais da metade de toda a potência instalada no município (55 MW). Na sequência, aparecem os sistemas em comércio

(24,5 MW) e indústrias (15,8 MW).

Muitas empresas também estão vendo a energia solar como uma forma de reduzir custos e garantir mais saúde financeira para as empresas, pois apesar

de o investimento ser significativo no início, acaba abatendo na conta de energia ao longo do tempo, fazendo com que o investimento seja vantajoso.

“Eu tenho clientes que pagavam em mé-

dia R\$ 20 mil de energia e hoje pagam R\$ 2 mil. Tem clientes que, só com tarifas, teve um abatimento de quase 95% do valor que ele pagava antes”, conta Antony, que também empreende na área, dono da Eco Energy Brasil, empresa localizada no bairro Santa Rosa, em Cuiabá.

CENÁRIO ESTADUAL - Atualmente, o estado de Mato Grosso está em 4º lugar no ranking de geração de energia solar distribuída no país, com 497 MW de potência instalada, ficando atrás apenas de Minas Gerais (1.479 MW), São Paulo (1.079 MW) e Rio Grande do Sul (1.011 MW).

Entre os anos de 2020 e 2021, a Energisa, empresa responsável pela distribuição de energia no estado mato-grossense, registrou um aumento de mais de 200% nos pedidos para análises de projetos para a inclusão de geração solar na rede de distribuição, o que revela um aumento no interesse dos consumidores pela fonte fotovoltaica na região.

Da redação

Um dia o financiamento acaba, mas a conta de energia nunca deixa de chegar. É assim que Antony Marques Domingos justifica o financiamento de R\$ 60 mil para colocar uma usina solar na residência da tia para atender três unidades consumidoras de energia elétrica. Se antes cada família pagava cerca de R\$ 800, esse valor caiu para pouco mais de R\$ 100 após a instalação das placas fotovoltaicas.

Diante de tamanha economia, Antony avalia que o investimento “valeu muito a pena”, pois o valor da parcela do financiamento é quase o mesmo da fatura de energia antes das placas fotovoltaicas.

PACOTÃO DE DESCONTOS

Redução de impostos em Mato Grosso já está valendo

Da redação

Entrou em vigor o pacote de redução de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do país realizado pelo Governo de Mato Grosso sobre a energia elétrica. Comunicação, gás industrial, gasolina e o diesel estão dentro da medida que irá impactar diretamente no bolso do cidadão. A Lei Complementar nº 708, foi sancionada pelo governador Mauro Mendes, em dezembro.

A medida é resultado de uma desoneração de R\$ 1,2 bilhão por parte

do Governo do Estado, aliviando o orçamento doméstico de milhares de pessoas e também de empresas.

“A função principal do Estado é devolver ao cidadão aquilo que ele paga de impostos em forma de obras e melhorias para a vida dele. E essa redução de ICMS é mais uma forma de compartilharmos os resultados alcançados pelo Governo, pois sabemos que pagar menos na conta de luz, na gasolina e nessas despesas básicas faz toda a diferença para as famílias mato-grossenses”, afirmou o governador.

Na conta de luz, uma das maiores demandas da população, o impacto dessa redução, ou seja, a carga tributária do imposto, será de R\$ 36,50 no consumo de 400 kWh e de até R\$ 117 no consumo de 1000 kWh. Um corte de 39% e 45%, respectivamente. O setor, que até então cobrava de 25% a 27% de alíquota de ICMS, agora passará a cobrar 17%.

A redução significativamente também vai ser sentida na conta de celular/internet. O setor substituirá a cobrança atual de 25% da telefonia fixa e 30% do celular e in-

ternet, a título de ICMS, por uma alíquota única, fixada em 17%. Isto significa dizer que, uma família que hoje paga R\$ 400 de fatura, que continha R\$ 120 a título de ICMS, agora irá pagar R\$ 337,35. Um desconto de R\$ 57,35 no imposto.

A vendedora Janaina dos Reis destacou que com menos impostos a serem pagos, o dinheiro poderá ser investido em outras necessidades que possibilitarão melhorar a vida de toda a família. “É um grande benefício. Em 2021, passamos por muitas dificuldades financeiras e vejo que

neste ano de 2022 poderemos respirar um pouco e termos oportunidades para conquistarmos um futuro melhor”, declarou.

Mato Grosso já possuía a menor alíquota do Brasil no etanol (12,5%) e no gás de cozinha (12%). Agora, o Estado também passará a ter a menor alíquota de ICMS sobre a gasolina (de 25% para 23%).

O diesel e o gás GLP também terão redução, de 17%, para 16% e 12% na alíquota. O impacto redutor no ICMS será de 10%, no caso da gasolina (- R\$ 0,16 litro),

e de 7% no caso do diesel (- R\$ 0,06 litro).

“É uma redução muito significativa para todos os setores. Várias indústrias utilizam o gás GLP em sua produção e essa redução de impostos vai impactar positivamente tanto no setor produtivo, como também na sociedade. Porque quando se reduz o custo da produção o cidadão também sente isso no bolso. Traz um alívio financeiro para todos”, finalizou Margaret Buzetti, empresária e presidente da Associação das Empresas do Distrito Industrial de Cuiabá (Aedic).

DESCONTO NO IPVA

Cadastrados no Nota MT já podem consultar pontuação

Lorrana Carvalho | Sefaz/MT

Os usuários cadastrados no Programa Nota MT e que pedem o CPF na nota já podem consultar seu saldo de pontos que será utilizado para ter o desconto no Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), limitado a R\$ 100. Por enquanto, a funcionalidade está disponível apenas no site www.nota.mt.gov.br, na opção “Desconto IPVA”. A previsão é de a pontuação apareça no aplicativo de celular nas próximas semanas.

De acordo com a Secretaria de Fazenda (Fazenda), neste primeiro momento, é possível acompanhar somente a pontuação, sem nenhum prejuízo ao resgate dos pontos, uma vez que o calendário de pagamento do IPVA tem

início no mês de março. Já a opção para resgate dos pontos estará disponível a partir do dia 15 de janeiro de 2022, assim como o campo para informar os dados do veículo que receberá o desconto no imposto.

O desconto no IPVA é limitado a R\$ 100 por veículo e por ano, além de ser cumulativo com os descontos de 5% e 3% disponibilizados para quem paga o IPVA em à vista. Os percentuais são concedidos conforme as datas determinadas no calendário de vencimento do imposto.

Para que o cidadão possa participar do sistema de pontuações que concede o desconto, ele deve pedir o CPF na nota e se cadastrar no programa Nota MT por meio do site ou aplicativo de celular. O cadastro pode ser feito até dois dias antes da data de pagamento do IPVA.

No mesmo prazo é necessário fazer o resgate dos pontos e escolher o veículo beneficiado.

Aquelas pessoas que se cadastraram no Nota MT até o dia 31 de dezembro de 2021 terão pontuação retroativa, ou seja, os pontos serão contabilizados desde primeiro de janeiro de 2021, conforme os documentos fiscais emitidos. Já nos casos de cadastros realizados durante o ano de 2022, os pontos retroagem ao primeiro dia útil do ano.

É importante ressaltar que para ter o desconto no IPVA o veículo deve ser de propriedade do usuário cadastrado no Nota MT e estar licenciado no Estado de Mato Grosso. Caso a pessoa tenha mais de um automóvel registrado em seu nome, ela deve escolher e indicar no sistema aquele que receberá o benefício.

SISTEMA DE PONTUAÇÃO - A pontuação para o desconto no IPVA é calculada com base nos seguintes documentos fiscais: nota fiscal de consumidor eletrônico (NFe), nota fiscal eletrônica (NFe) e bilhete de passagem eletrônico (BPe), desde que sejam emitidos no CPF da pessoa cadastrada no Nota MT.

O limite de pontuação por documento fiscal é de 10 pontos e cada participante pode acumular, no máximo, 500 pontos por ano. Para converter esses pontos em valores, o sistema considera a cada quatro pontos R\$ 1,00 de desconto.

Nos casos em que a pessoa não usar toda a pontuação acumulada, seja parcial ou total, os pontos são transferi-

dos para o próximo ano. Esse saldo de pontos tem um prazo de validade de 5 anos para ser utilizado.

As regras e procedimentos para o sistema de pontuação do Nota MT constam no Decreto nº 1.217, publicado no Diário Oficial do dia 28 de dezembro de 2022, que regulamenta o “Nota MT/Desconto IPVA”.

PUBLICIDADE LEGAL
ANUNCIE BALANÇOS, EDITAIS E AVISOS.
(65) 99228-9990
ATAS • EDITAIS • BALANÇOS • EXTRAVIOS • CONVOCAÇÕES • REGULAMENTOS • ESTATUTOS • AVISOS DE LICITAÇÕES...